



Fórum da Água traça rumos para atuação dos parlamentos

Manifesto aprovado por parlamentares de vários países com definição de prioridades para Legislativos é um dos principais legados, avalia Jorge Viana

O manifesto parlamentar aprovado durante o 8º Fórum Mundial da Água é um dos principais resultados do evento, avaliou o senador Jorge Viana na cerimônia de encerramento, na sexta-feira. Elaborado por representantes do Legislativo de 20 países, o documento estabelece o acesso à água como direito humano e define prioridades para a atuação dos parlamentos.

Sediada em Brasília, esta edição do fórum teve participação recorde de público. Especialistas de todo o mundo debateram a questão da água sob perspectiva urbana, rural, industrial, tecnológica e do cidadão. **3**



Leopoldo Silva/Agência Senado

Viana (E) representa os parlamentares no encerramento do encontro, em Brasília: senador presidiu subcomissão especial sobre participação do Senado no fórum

Arquivo Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara em 1988, Ulysses Guimarães aplaude o texto

Dia da Constituição celebra avanços nos direitos do cidadão

Em 25 de março, data da primeira Carta Constitucional do Brasil, é comemorado o Dia da Constituição. A primeira Carta foi outorgada por Dom Pedro I em 1824 e o país teve mais seis desde então. A atual, símbolo da redemocratização, comple-

ta 30 anos em outubro. Sistematizada pela Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988, a Constituição brasileira norteia os direitos e deveres dos cidadãos e as responsabilidades sociais do Estado, a fim de organizar o país. **4**

Lei aumenta pensão de pessoa com talidomida

A lei que reajusta o valor de referência usado no cálculo da pensão especial paga às pessoas com síndrome de talidomida foi sancionada e publicada na sexta-feira. A norma, que entra em vigor a partir de 2019, tem origem em projeto do Senado. **2**

Audiência hoje debate futuro da ciência no país

Discutir estratégias para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país é o objetivo da audiência pública que a Comissão Senado do Futuro faz hoje, às 18h. Os presidentes do CNPq e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência estão entre os convidados. **3**

Cálculo do Ideb pode virar lei em todas as escolas

Projeto que obriga, em lei, a aferição do Ideb em todas as escolas do país será avaliada amanhã na Comissão de Educação. Criado em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica combina dados de rendimento escolar aos de desempenho em exame nacional. **3**

Padilha deve explicar ações para melhorar a produtividade no país

Em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, amanhã, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, deverá prestar esclarecimentos sobre o andamento das

ações coordenadas pelo Poder Executivo que afetam a agenda da produtividade e da melhoria do ambiente de negócios no país. Convite é previsto em resolução do colegiado. **4**

Genaldino Magela/Agência Senado



Eliseu Padilha é convidado a participar de audiência amanhã, em comissão

Lei que simplifica empréstimo para empreendedor é sancionada

Conflitos agrários em terra indígena serão discutidos em comissão

Confirmadas três universidades federais em Goiás e Mato Grosso

Oferta de energia renovável é tema de audiência pública amanhã

Lei aumenta pensão para vítimas da talidomida

Originado de um projeto do Senado, reajuste eleva para R\$ 1 mil o valor de referência usado no cálculo do benefício pago às pessoas com deficiências físicas causadas pelo uso do medicamento

OS PORTADORES DA síndrome de talidomida terão sua pensão especial reajustada. É o que prevê a Lei 13.638/2018, sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, e publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

A lei entra em vigor a partir de 2019. O texto tem origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 504/2015, aprovado em março de 2017 no Senado e votado sem modificações em dezembro do mesmo ano pela Câmara dos Deputados.

A talidomida é um medicamento que foi comercializado no Brasil entre 1958 e 1965, sem a devida atenção das autoridades sanitárias, e resultou em milhares de vítimas com deficiência física, caracterizada principalmente pela má-formação dos braços, mãos e pernas. Atualmente, a substância é proibida para mulheres em idade fértil.

Novo valor

A norma sancionada aumenta de R\$ 426,53 para R\$ 1 mil o valor de referência da pensão recebida por pessoas com deficiência física portadoras da síndrome de



Pessoas com a síndrome durante votação do texto no Senado, em 2017

talidomida. Esse valor de referência é usado para calcular a pensão: a quantia é multiplicada pelo total de pontos indicadores do grau de dependência resultante da deficiência física. O grau de dependência é medido entre um e oito pontos, levando-se em consideração quatro itens de dificuldade: alimentação, higiene, locomoção e incapacidade para o trabalho.

Autora do projeto, a ex-senadora Sandra Braga explica que estava obsoleto o valor

de referência utilizado para calcular as pensões. "Passados mais de 55 anos desde que as primeiras vítimas foram registradas, temos a situação do envelhecimento precoce das pessoas com a síndrome da talidomida, sua própria biografia marcada por má-formações congênicas que só se agravam com o passar da idade", argumenta. Ela diz que esse envelhecimento vem acompanhado de limitações na capacidade física, causando outras deficiências.

Norma facilita empréstimo a empreendedor

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado deve conceder pequenos empréstimos a empreendedores de baixa renda. É o que prevê a Lei 13.636/2018, sancionada com um veto e publicada no *Diário Oficial da União* de quarta-feira.

A norma tem origem no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/2018, decorrente da Medida Provisória (MP) 802/2017. O texto foi aprovado no Senado no dia 28 de fevereiro.

Instituído em 2005, durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o programa tem o objetivo de incentivar a

geração de trabalho e renda para microempreendedores populares. Entre as principais alterações da nova lei, está o aumento, de R\$ 120 mil para até R\$ 200 mil, do limite de renda ou receita bruta anual para enquadramento de pessoas físicas e jurídicas.

A MP revogou artigos da Lei 11.110/2005, que criou o programa, incorporando parte deles. De acordo com o governo, a intenção é agilizar o empréstimo e aumentar o universo de beneficiados, por isso o reajuste do valor máximo, congelado desde 2008.

O presidente da República, Michel Temer, vetou o trecho

que fixava em 2% ao mês as taxas de juros efetivas nas operações de microcrédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e proibia a cobrança de qualquer outra despesa, à exceção da Taxa de Abertura de Crédito (TAC), de 3% sobre o valor do empréstimo.

O presidente Temer explicou que a definição, por lei, da taxa de juros ou de outra taxa aplicável a operações de crédito dificulta eventuais ajustes por mudanças na política monetária, o que pode prejudicar a oferta de crédito e os objetivos da política de microcrédito.

Três novas universidades serão criadas em Mato Grosso e Goiás

Três universidades serão criadas a partir de desmembramento de campi: a Universidade Federal de Rondonópolis, em Mato Grosso (Lei 13.637/2018), e as Universidades Federais de Jataí (Lei 13.635/2018) e de Catalão (Lei 13.634/2018), ambas em Goiás. As leis foram sancionadas pelo presidente da República, Michel Temer, e publicadas no *Diário Oficial da União* de quarta-feira.

A Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) será criada a partir do desmembramento do campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) instalado no município de Rondonópolis,

a pouco mais de 200 quilômetros de Cuiabá. A lei tem origem no PLC 2/2018.

Já a Universidade Federal de Catalão (PLC 5/2018) e a Universidade Federal de Jataí (PLC 7/2018) serão criadas a partir do desmembramento da Universidade Federal de Goiás (UFG).

As novas universidades serão integradas pelos campi desmembrados, com transferência automática dos cursos, dos alunos, dos cargos da universidade original e do patrimônio dos campi. As leis também preveem a criação de novos cargos de docentes, técnico-administrativos e demais cargos nas universidades criadas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

TERÇA

QUARTA

- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
14h Discursos e avisos da Mesa.
- CSE Ciência e tecnologia**
18h Debate sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil.
- CI Verba para transportes**
9h Entre 15 itens, o PLS 11/2013, que amplia investimentos em transportes.
- CAE Eliseu Padilha**
10h Audiência interativa com o ministro-chefe da Casa Civil. Depois, 5 itens.
- CMA Energia elétrica renovável**
10h30 Audiência sobre expansão da oferta de energia elétrica renovável.
- CRA Assentamentos do Incra**
11h Audiência interativa sobre assentamentos do Incra em terras indígenas.
- CE Ciganos**
11h30 O PLS 248/2015, que cria o Estatuto do Cigano, é um dos 14 itens.
- MP 814/2017 Eletrobras**
14h30 Audiência interativa sobre a privatização da estatal.

- MP 818/2018 Desenvolvimento urbano**
14h30 Análise do plano de trabalho
- MP 819/2018 Basílica na Palestina**
14h30 Análise do relatório.
- MP 812/2017 Fundos constitucionais**
15h15 Análise do plano de trabalho.
- CDR Zona Franca Verde**
9h Entre 8 itens, o PLS 68/2016, sobre isenções para a Zona Franca Verde.
- CCI Evasão mediante violência**
10h PLS 157/2016, sobre crime de evasão mediante violência, é um dos 27 itens.
- SESSÃO ESPECIAL Edson Luís de Lima**
11h Homenagem ao estudante assassinado em 1968.
- CÓDIGO COMERCIAL Desburocratização**
14h30 Audiência interativa sobre desburocratização e títulos do agronegócio.
- MP 810/2017 Setor de informática**
14h30 Análise do relatório.
- MP 811/2017 Petróleo do pré-sal**
15h Audiência com representantes do Ministério do Planejamento e da ANP.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe**: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado**: 0800 612211
- **Acompanhe**: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
- **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente**: Eunício Oliveira
- Primeiro-vice-presidente**: Cássio Cunha Lima
- Segundo-vice-presidente**: João Alberto Souza
- Primeiro-secretário**: José Pimentel
- Segundo-secretário**: Gladson Cameli
- Terceiro-secretário**: Antonio Carlos Valadares
- Quarto-secretário**: Zeze Perrella
- Suplentes de secretário**: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

- Secretário-geral da Mesa**: Luiz Fernando Bandeira
- Diretora-geral**: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora**: Angela Brandão
- Coordenadora-geral**: Ana Lucia Romero Novelli
- Diretora de Jornalismo**: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor**: Flávio Faria
- Coordenador-geral**: Sílvio Burl
- Coordenação de Cobertura**: Paola Lima
- Serviço de Reportagem**: Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia**: Leonardo Sá
- Serviço de Arte**: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Leopoldo Silva/Agência Senado



Viana (E), que presidiu subcomissão temporária do Senado para o fórum, participa do encerramento do encontro

Fórum da Água deixa legado para parlamentos do mundo

Manifesto parlamentar aprovado no evento inovou ao estabelecer objetivos para os legisladores em relação à garantia da água como direito humano, disse Jorge Viana no encerramento do encontro

O SENADOR JORGE Viana (PT-AC) destacou na sexta-feira, no encerramento do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, o manifesto parlamentar aprovado durante o evento. O documento elenca prioridades a serem adotadas pelo Poder Legislativo em todo o mundo, com a participação do Judiciário. Viana integrou a mesa da cerimônia de encerramento como representante dos parlamentares no encontro.

Elaborado na terça-feira, ao final da conferência de parlamentares e representantes do Judiciário, o manifesto estabelece o acesso à água potável como direito humano. Parlamentares de 20 países participaram da conferência.

— Foi uma conversa de quem faz as leis e de quem opera as leis. Entendo que é uma inovação importante. Estabelecemos objetivos a serem alcançados pelos parlamentos do mundo inteiro no sentido de trabalhar a água como um direito humano, o saneamento como direito das populações, os orçamentos para priorizar saneamento e água — afirmou o senador.

Na solenidade de encerramento, o coordenador do fórum e diretor de Gestão da Agência Nacional de Águas (ANA), Ricardo Andrade, disse que, além do engajamento da sociedade, as decisões foram destaque nesta edição.

— Temos uma declaração ministerial, com recomendações para governos. Temos uma declaração construída pelos parlamentares para os parlamentares, recomendando ações efetivas, estabelecimento de legislação que nos ajude a resolver os problemas da crise, do problema hídrico do mundo — ressaltou Andrade, destacando ainda a formulação de dez compromissos no eixo temático Cidadãos e a declaração de desenvolvimento sustentável aprovada no eixo Sustentabilidade do fórum.

Diretrizes

Na avaliação do diretor do Departamento de Sustentabilidade Ambiental do Ministério das Relações Exteriores, Reinaldo Salgado, foram produzidas diretrizes em nível nacional e local para nortear políticas

ligadas à água, como um guia para governos, com estudos de caso para implementação.

— É um corpo muito importante de documentos que refletem as deliberações de agentes públicos que têm responsabilidades diretas sobre como as questões ligadas à água e ao saneamento são tratadas em diversos países. Portanto, o legado é importante e plenamente satisfatório.

A solenidade de encerramento contou com a participação de autoridades do Senegal, país que sediará o 9º Fórum Mundial da Água, em 2021.

Público recorde

A oitava edição do fórum foi a primeira sediada em um país do Hemisfério Sul. Mais de 100 mil pessoas passaram pelas instalações do evento, o que, segundo os organizadores, é um recorde para o fórum, que acontece desde 1997.

Mais de mil palestrantes formaram o corpo de especialistas que debateram a água em nível urbano, rural, industrial, tecnológico e, principalmente, para o cidadão.

Desenvolvimento da ciência é tema de debate hoje

A Comissão Senado do Futuro (CSF) faz hoje, às 18h, uma audiência pública para debater estratégias para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país.

A discussão faz parte do ciclo de debates 2022 — o Brasil que queremos, promovido em parceria com instituições de ensino e pesquisa do Distrito Federal.

Foram convidados os presidentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Mario Neto Borges, e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira. Também devem participar o professor



Presidente da comissão, Hélio José propôs a realização da audiência

convidado da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) Sérgio Mascarenhas e o diretor-geral do Museu da Amazônia (Musa), Ennio Candotti.

A iniciativa do debate é do presidente da Comissão Senado do Futuro, senador Hélio José (Pros-DF).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Cálculo do Ideb poderá ser feito para todas as escolas do país

A Comissão de Educação (CE) vai analisar amanhã proposta que obriga a aferição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas públicas e privadas do país. Criado por decreto em 2007, hoje o Ideb integra o Plano Nacional de Educação (PNE) até 2024 (Lei 13.005/2014). Com a aprovação do PLS 299/2014, acaba esse prazo de validade.

O Ideb é um índice estatístico que combina informações do rendimento escolar de estudantes do ensino fundamental e médio (taxas de aprovação, calculadas a partir do Censo Escolar) com informações de desempenho obtidas em exames que integram o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Do Saeb, o Ideb utiliza os dados obtidos com duas provas: a Avaliação Nacional da Educação Básica e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, conhecida como Prova Brasil.

O projeto original, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), torna obrigatória a aplicação das provas do Saeb em todas as escolas do país, com exceção apenas das de ensino especial.

Atualmente, o Ministério da Educação aplica as provas em todas as escolas públicas urbanas e rurais de

ensino médio e nas de ensino fundamental com até 10 alunos matriculados, e por amostragem ou adesão nas escolas privadas urbanas e rurais com até 10 alunos.

O relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), sugeriu mudanças no texto original ao ouvir considerações do Ministério da Educação. Ele propôs que as definições sobre a metodologia e a fórmula para o cálculo do Ideb, se feita de forma censitária ou por amostragem, ficarão a cargo do próprio MEC, por meio de regulamentação infralegal.

“Acreditamos que os técnicos do Ministério da Educação têm melhores condições de definir, em termos qualitativos, quais os dados devem ser colhidos para a avaliação. O critério adotado pela recente Portaria 564/2017, por exemplo, foi estabelecido por questões metodológicas, pois hoje não há condições de se avaliar escolas com menos de dez alunos sem comprometer a precisão do estudo. Por essa razão, apresentamos um pequeno ajuste, conferindo ao Poder Executivo a competência de definir critérios. Ressalte-se que a maior possibilidade de regulamentação pelo Executivo permite uma maior atualização do sistema de avaliação”, defendeu Anastasia.

Comissão discute conflitos agrários em terras indígenas

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove audiência pública interativa amanhã para debater a situação de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em terras indígenas. A reunião tem início às 11h na sala 7 da Ala Alexandre Costa.

A audiência pública discutirá a condição dos assentamentos e os conflitos originados em terras indígenas, especialmente no estado de Rondônia, na região da grande Ariquemes e da comunidade Uru-Eu-Wau-Wau.

O debate atende a requerimento do senador Ivo Cassol (PP-RO), que preside a CRA. Ele menciona conflitos agrários em assentamentos dos municípios de Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia e Monte Negro, todos na grande região de Ariquemes.

Nesses locais, o Incra “assentou centenas e centenas, para não dizer milhares, de famílias, algumas há mais de 20 anos, que são obrigadas a

deixar suas áreas sem qualquer avaliação concreta ou ainda qualquer indenização”, ressalta Cassol.

O debate deverá contar com a participação do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Franklimberg Ribeiro de Freitas; do presidente do Incra, Leonardo Góes Silva; da subsecretária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Crisley Braz Ribeiro Martins; do diretor de Regularização Fundiária na Amazônia Legal da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Sorrival de Lima; e do superintendente regional do Incra em Rondônia, Cletho Muniz de Brito.

Foram convidados também a participar do debate representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Rondônia e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Dia da Constituição celebra avanços da lei

Comemorada em 25 de março, a data lembra a primeira Carta Constitucional do Brasil, outorgada em 1824. Desde então, o país teve mais seis Constituições. A atual é de 1988

O DIA DA Constituição é comemorado em 25 de março, data da primeira Carta Constitucional do Brasil, outorgada em 1824 pelo imperador Dom Pedro I. O país teve mais seis Constituições. A atual — apelidada pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, de Constituição Cidadã — é símbolo da redemocratização, após o regime militar, e completa três décadas este ano. Ela tem 251 artigos e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com seis emendas resultantes da revisão de 1994, e 99 emendas aprovadas entre 1992 e 2017.

A Constituição de 1824 foi a primeira após a Independência do Brasil. Dom Pedro I, apoiado por altos funcionários e comerciantes portugueses, dissolveu a Assembleia Constituinte e derrubou um anteprojeto. A primeira constituição do Império do Brasil foi imposta e durou 65 anos. O Estado era centralizado no monarca, e ligado à Igreja. O mandato de senador era vitalício.

Com a proclamação da República, foi promulgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, em 1891. Inspirado no modelo norte-americano, o país passou a ter três Poderes, com Estado laico. O voto secreto e o voto feminino só vieram a ser incluídos na Constituição de 1934, que durou apenas até 1935, sendo abolida no fim do governo provisório do presidente Getúlio Vargas, que instaurou, então, o Estado Novo. Em 1937, o país ganhava a sua quarta Constituição, chamada de “polaca” por incluir vários dispositivos semelhantes aos de regimes autoritários. Essa Constituição da Era Vargas foi outorgada



Deputados e senadores constituintes, em 1988, encerram os trabalhos da assembleia nacional que elaborou o texto da atual Carta Magna

(imposta), com os partidos políticos abolidos e a imprensa censurada. Com a queda de Vargas (1945), uma nova carta constitucional foi promulgada, em 1946. Nela foi garantida a autonomia de estados e municípios, direito de greve e associação sindical e liberdade de imprensa. Em 1961, em meio à crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros, uma emenda implantou o parlamentarismo no Brasil, adiando a posse do então vice, João Goulart, na Presidência. Logo depois, em 1963, o país votou em plebiscito pela volta do presidencialismo, o que garantiu a

Jango plenos poderes como presidente.

O golpe de 1964, porém, abriu caminho para o regime militar, e em 1967 foi promulgada a Constituição de 1967. O texto autoritário foi emendado diversas vezes por atos institucionais e atos complementares dos governos militares, que duraram 21 anos.

Em 1984, imensas manifestações populares pediram eleições diretas para a Presidência. Em 1985, por meio de um Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, do PMDB, partido de oposição, foi eleito presidente, tendo como vice José Sarney, então no PFL. Nascia a Nova Re-

pública. Tancredo morreu um mês após a posse. Sarney assumiu e convocou a Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1986, que trabalhou por 20 meses até a promulgação da Constituição. Os debates começaram antes, na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo senador Afonso Arinos, que reuniu sugestões de todo o país.

A educação como dever do Estado, a defesa do consumidor, o combate ao racismo, o voto de analfabetos e pessoas acima de 16 anos, e a garantia da posse de terras para os índios estão entre os avanços da atual Constituição.

Ministro da Casa Civil deve explicar ações do governo para produtividade

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, é o convidado da audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de amanhã, a partir das 10h. O objetivo é que ele preste esclarecimentos sobre o andamento das ações coordenadas pelo Poder Executivo que afetam a agenda da produtividade e da melhoria do ambiente de negócios no país.

Essa será a primeira reunião do ano a atender os preceitos da Resolução 28/2017, que impõe à comissão a promoção de duas audiências públicas por ano com o ministro-chefe da Casa Civil ou com outra auto-

ridade com status ministerial para discutir temas relativos à área econômica.

A resolução é de autoria da própria CAE e fez parte do pacote analisado pelo Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas, ação da comissão para aprovar uma agenda positiva, de competitividade, que auxilie no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Eles buscam aprovar propostas que atenuem problemas das áreas microeconômica, regulatória, concorrencial e jurídica.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Projeto sobre os leilões de energia nova está na pauta de comissão

Estímulo à oferta de energia renovável será debatido amanhã

Proposta de Hélio José (Pros-DF) que prevê a expansão da oferta de energia elétrica a partir de fontes primárias renováveis e a exclusão, em leilões de energia nova, de usinas termelétricas que usem derivados de petróleo será discutida em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente (CMA) amanhã.

O relator da proposta (PLS 154/2016) na CMA, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), requereu a audiência pública. Ele já havia dado parecer contrário ao texto, que proíbe, a partir de 2025, a contratação de geração térmica de energia nos leilões de energia nova.

Flexa argumenta que instituir proibições, sobretudo em leis, retira das autoridades a flexibilidade necessária para formular e implementar políticas eficazes.

No entanto, o senador decidiu ouvir opiniões e sugestões antes de apresentar seu relatório. Para o debate foram convidados os representantes do Ministério de Minas e Energia, Lívio Andrade Filho, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Hélio Guerra, e um representante do Ministério do Meio Ambiente.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Eliseu Padilha (D) deve participar de audiência pública na CAE amanhã

DÊ SUA OPINIÃO

Acesso às aulas em universidades públicas pode ser liberado a todos

Projeto que permite que qualquer pessoa, mesmo que não seja aluno regular, tenha acesso às aulas ministradas nas universidades públicas será votado pela Comissão de Educação (CE).

O PLS 103/2018, de Cristovam Buarque (PPS-DF), receberá decisão final na CE. Pelo texto, as universidades podem determinar o número de vagas disponíveis para livre acesso de alunos ouvintes.

Qual a sua opinião sobre o projeto?

Vote em: <http://bit.ly/PLS103-2018>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

Comente também na página do Senado no Facebook: facebook.com/senadofederal